



Simpósio Temático 4

IMPERIALISMO, NACIONALISMOS E LUTAS DE CLASSES

Coordenadores:

Prof. Dr. Adilson Amorim de Sousa

Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida

Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa

Local/horário: SALA 1 Mód. II, 14 às 17 horas

17 de novembro de 2022, quinta-feira

CRISE POLÍTICA, TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS COLETIVAS NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Maria Aparecida Silva de Sousa

Professora do Departamento de História da UESB

A crise política que se estabeleceu no Brasil nos anos 1820 decorreu, dentre outras questões, da expansão das ideias liberais, desde fins do século XVIII, que propugnavam pela defesa do constitucionalismo, da soberania a partir de uma concepção inovadora de pátria e de nação, bem como das condições econômicas impostas pela afirmação do capitalismo industrial que colocava novos e fortes interesses econômicos por parte da Grã-Bretanha e da França, principalmente. Na Bahia, a movimentação de indivíduos oriundos das camadas populares e das classes dominantes possibilitou distintas maneiras de experiência política a partir da apreensão das contradições expostas no decorrer da crise e das possibilidades de sua superação. O aprofundamento da crise impulsionou a tomada de posições diante da instabilidade e das incertezas do período. Para esta comunicação, serão apresentados alguns indivíduos que, nascidos na Bahia, tiveram uma participação destacada nas Cortes portuguesas nos anos 1821-1822 e, após a Independência, no processo de construção do Estado imperial. A tarefa de selar a unidade nacional em um território marcado por profundas diferenças políticas, econômicas, étnicas e sustentado pelo amplo uso da mão de obra escravizada exigiu uma aliança entre frações das classes proprietárias de todas as províncias,

além da repressão violenta das posições divergentes, sobretudo, àquelas advindas dos segmentos populares. O trabalho integra uma pesquisa mais ampla sobre os contextos históricos que demarcaram o conflituoso nascimento da nação brasileira com enfoque no envolvimento de personagens baianas ainda pouco conhecidas. Desse modo, propõe-se uma reflexão das ideias políticas por meio das trajetórias de indivíduos com atuação importante num período de grandes alterações. Parte-se do pressuposto de que tais experiências permitem evidenciar a maturação de uma consciência de classe *pari passu* aos desdobramentos e desafios postos no processo de construção do Estado e da nação brasileiros no Oitocentos.

Palavras-chave: Bahia; Estado e nação; Experiências políticas.

MODO DE REGULAÇÃO PARTICULAR: O DIREITO NA DINÂMICA DE REPRODUÇÃO DO ESCRAVISMO NO SÉCULO XIX

Petrus Ian Santos Carvalho

Discente em Direito – Uesb

José Rubens Mascarenhas de Almeida

Professor do Departamento de História Uesb

Durante o século XIX, a emancipação política do Brasil se fez acompanhar de um robustecimento do arcabouço jurídico-político, haja vista a própria necessidade de consolidação do Estado nacional emergente e de proporcionar uma coesão social à nova nação. Contudo, nos Oitocentos, formas próprias de sociabilidade, que não capitalistas, eram vigentes, o que atribuía ao direito da época uma natureza específica. É, nessa perspectiva, que o presente trabalho objetiva analisar esta natureza do direito brasileiro oitocentista, tendo em vista a existência de uma sociabilidade fundamentalmente distinta da capitalista contemporânea, o que está no centro das preocupações teóricas de uma pesquisa mais ampla em desenvolvimento. Nesse cenário, buscamos compreender o direito no século XIX a partir de seus fundamentos histórico-concretos, resgatando o seu lugar na reprodução do modo de produção que lhe foi correspondente. Para tanto, a pesquisa orienta-se, por meio de uma revisão bibliográfica, à análise de livros, teses, dissertações e artigos científicos que permitem um aprofundamento das categorias teóricas essenciais à compreensão da problemática suscitada. Nos valem, também, do método dialético, que permite a consideração das especificidades históricas e sociais, do movimento contraditório e do caráter transitório do fenômeno investigado. Observemos que, na esteira das formulações teóricas de Ciro Flamarion Cardoso (1988) e Jacob Gorender (2016), existiu no Brasil, ao menos até o fim do século XIX, um modo de produção historicamente novo: o escravismo colonial. Sob tal modo de produção, a escravidão e a plantagem, como formas sociais decisivas, se

reproduziam e irradiavam sobre a generalidade da produção econômica e da vida social escravista. Importante dizer que, distintamente do modo de produção especificamente capitalista, quando o trabalho se encontra realmente subsumido ao capital e a forma jurídica – a forma da equivalência entre sujeitos abstraídos de suas determinações concretas – alcança plena determinação (PAHUKANIS, 2017; NAVES, 2014), na sociedade escravista não podem ser observadas as condições necessárias para tanto. O próprio processo produtivo no escravismo condicionava-se à existência de desigualdades entre o senhor e o escravizado, de maneira que a subjetividade humana não se apartava da condição social do agente (FRAGOSO, 1998). Desse modo, o direito carecia de um elemento propriamente jurídico, que lhe conferisse autonomia e especificidade no tecido das relações sociais escravistas. Compreendemos, nesse sentido, que o direito oitocentista constituía uma instância não-autônoma de regulação normativa das relações sociais escravistas e voltava-se à reprodução das formas sociais do escravismo.

Palavras-chave: Direito; Escravismo; Oitocentos.

PRODUÇÃO, COMÉRCIO E CONSUMO NO SERTÃO DA RESSACA, 1889-1930

Cleisson Barreto Gomes

Discente do curso de História – Uesb

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa

Coorientadora: Profa. Dra. Idelma Aparecida Ferreira Novais

A pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica econômica do Sertão da Ressaca após o fim da escravidão no Brasil e a implementação da República em fins do século XIX. As pesquisas recentes, em especial sobre a Bahia, têm evidenciado para as diversas regiões uma grande movimentação de produtos que demonstra uma complexa rede de produção, circulação e consumo de produtos agrícolas variados (cacau, fumo, mandioca, coco, algodão, entre outros), além da criação extensiva de gado. Esta produção diversificada em propriedades de distintos tamanhos resultou na comercialização de itens de consumo destinados tanto para exportação, como também para consumo interno, contrariando algumas análises clássicas que apontavam um papel meramente subsidiário da economia das vilas e cidades sertanejas. Na mesma linha, estudos pioneiros sobre a região do Sertão da Ressaca e, mais especificamente, a Imperial Vila da Vitória, evidenciam uma movimentação econômica até meados dos anos 1880. Entretanto, os trabalhos não avançam para os anos posteriores marcados pela crise do regime imperial e implementação da República no Brasil. Nesta perspectiva, por meio da utilização de fontes documentais disponíveis no Arquivo Público de Vitória da Conquista/APMVC e no Centro Regional de

História e Memória/CEREHM da UESB, onde estão disponíveis documentação como atas da Câmara, relatórios, inventários, processos civis, entre outros, que podem contribuir para melhor compreensão do período citado. O presente trabalho busca problematizar as redes de negócio no Sertão da Ressaca, identificar os principais proprietários e níveis de riqueza, com ênfase na cidade de Vitória da Conquista, no decorrer da tumultuada conjuntura entre os anos 1889 e 1930.

Palavras-chave: Bahia, Economia, Sertões.

IMPERIALISMO NA AMERICA LATINA: BOLÍVIA DO SEC. XX E XXI

Elias Macieis de Jesus

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Adilson Amorim de Sousa

Sabe-se hoje das dificuldades de desenvolvimento de muitos países da América Latina, é necessário entender as raízes dos problemas. Iniciando com o fracasso das políticas neoliberais, passando pela ascensão de grupos políticos anti-imperialistas, e por fim analisando as ações Norte Americanas contra esses países antagônicos, irei elencar fatos que se passam no final da década de 1990 e adentram nas primeiras décadas dos anos 2000. Na América Latina, o início do século XXI houve importantes transformações sociais, políticas, econômicas e estratégicas. Essas mudanças tiveram como principal fator as crises do neoliberalismo que se iniciaram já após os anos 1990, quando o modelo econômico demonstrou os primeiros sinais de esgotamentos. Os países periféricos não tinham a competitividade suficiente para manter o grau de abertura comercial exigido nos países desenvolvidos. Essa política se fazia dependente internacionalmente e colocava os países menos desenvolvidos em situação vulnerável diante de qualquer evento negativo que ocorresse no plano internacional. Tal enfraquecimento abriu novos espaços de luta e confrontos no continente, onde emergiram grupos políticos de esquerda. Os governos liberais foram derrubados pelas classes mais pobres e lideranças anti-imperialistas foram eleitas com imenso apoio popular, proporcionando mudanças na política externa da grande maioria dos países latino-americanos, implicando transformações nas relações com os EUA e intensificando iniciativas regionais de cooperação. Esse avanço de políticas públicas e de soberania nacional da América Latina incomodou os EUA, que viram a necessidade de tentar frear os avanços das forças populares que cooperavam entre si. Assim delinear-se os seguintes objetivos da pesquisa: o objetivo geral é verificar os revisionismos da Bolívia em relação aos EUA, e as consequências que isso trouxe para a vida da população de um país que se torna antagônico a um país imperialista. Para ter uma resposta mais eficaz nesse objetivo geral, traçaram-se os seguintes objetivos específicos:

Analisar as ofensivas Norte-americanas, entre elas as narrativas divulgadas pelos polos de mídia que demonizam rivais políticos, e os embargos ou sanções econômicas criadas para dificultar a vida na Bolívia, além do financiamento de golpes internos á governos que não se alinham politicamente aos EUA. Serão analisadas as formas de resistência da Bolívia, os projetos de emancipação política e a colaboração com países que buscam autonomia e soberania nacional. Palavras-chave: Imperialismo, EUA, Bolívia

A HERANÇA POLÍTICA DE PINOCHET PARA O CHILE: LEIS, CONSTITUIÇÃO E ENCLAVES AUTORITÁRIOS NA DEMOCRACIA CHILENA (1990-2018)

Anderson Macena de Souza

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Adilson Amorim de Sousa

O presente trabalho contextualiza a ditadura militar chilena (1973-1990) baseando-se nas política criadas durante o período e como o país se tornou o maior laboratório do neoliberalismo no mundo, trabalhando com as leis e decretos criados e aprovados pelo governo militar para garantir plenos poderes aos militares mas, principalmente, para perpetuar o poder em todas as instâncias institucionais chilenas do ditador Augusto Pinochet. que vão desde o modo como seria a organização interna para a administração do país e suas províncias passando por leis de cunho sociais – como na previdência, educação, saúde e leis trabalhistas - que afetaram as vida da população chilena e beneficiaram ao neoliberalismo no país com a mínima participação do estado. Além das leis do cobre que financiaram a compra de aparatos militares que ajudaram nas perseguições e repressões aos opositores do governo. Ademais a constituição de 1980, chamada de a constituição de Pinochet, que consolidou todo seu poder político e lhe garantiu mais alguns anos no poder. Passando pelo período de transição até o início do primeiro governo eleito democraticamente de Patricio Aylwin (1990-1994), quando Pinochet criou e aprovou enclaves autoritários que garantissem que suas heranças políticas estivessem durante muito tempo na vida das próximas gerações chilenas além de que seus apoiadores estariam em cargos chaves durante o primeiro governo democrático, garantindo que ele, Pinochet, não pagasse pelos seus crimes e fazendo com que ele acompanhasse bem de perto a nova democracia que surgia, a transformando em uma democracia vigiada como cita alguns autores. Dialogando com o período democrático, que se iniciou no ano de 1990, e como os cinco presidentes eleitos durante os seis mandatos presidenciais que governaram o Chile após a ditadura militar entre 1990 e 2018, lidaram com os enclaves autoritários e políticos herdados da ditadura militar

bem como o que fizeram para tentar, ou não, reverter tais leis e enclaves autoritários e como as pressões populares, vinda das ruas, afetaram tais governos e como eles reagiram a tais manifestações.

PETRÓLEO, PODER E RENTISMO NA VENEZUELA: DO PACTO DE PUNTO FIJO A HUGO CHÁVEZ

Rayne Reis Santos

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Adilson Amorim de Sousa

A Venezuela encontra-se na marginalidade do sistema capitalista de exploração das grandes potências, com uma economia subdesenvolvida e reduzida a condição mono exportadora de um único produto: o petróleo. Essa particularidade econômica contribui para que na Venezuela seja mais rentável a burguesia especular financeiramente no mercado, que investir nos setores produtivos. Dessa forma criaram-se deformações econômicas, no qual os grupos políticos disputam pelo controle do maior detentor de riqueza na Venezuela o Estado. Isso criou a particularidade de ser o Estado o detentor do maior e mais rentável recurso econômico, de forma que, diferentemente dos demais países que a receita provém da arrecadação dos impostos da população: na Venezuela o petróleo subsidia a máquina estatal e seus contribuintes. Nesse cenário a burguesia associa-se ao capital internacional em prol da manutenção e reprodução do modelo de estado rentista petrolero. Esse modelo populista de conciliação de interesses conhecido como Pacto de Punto Fijo assinado em 1958 no quais dois partidos políticos Acción Democrática e Copei se alternam no poder suprimindo diferentes vozes políticas em prol da manutenção da democracia. Na práxis o Pacto de Punto fijo se converteu em uma ferramenta de manutenção de privilégios de uma minoria, em detrimento dos demais setores da sociedade. Apesar da tentativa de diversificação econômica e da industria nacional enquanto esse grupo estava no poder, não conseguiu romper as limitações econômicas e a Venezuela continuou seguindo os padrões de um Estado rentista. Esse grupo político continuou no poder utilizando-se do petróleo, para manutenção no poder através da distribuição dos recursos clientelista a partidos políticos, a Igreja, sindicatos e as forças armadas. Essa situação modifica-se somente com a crise energética da década de 1980 e a aplicação da cartilha neoliberal do Fundo Monetário Internacional (FMI), que aprofunda as desigualdades sociais e a situação dos mais pobres, já que o Estado que distribuía minimamente esses recursos através de programas sociais corta

esses benefícios em prol da máxima eficiência do estado mínimo. Nesse cenário a eleição de Hugo Chávez a presidência em 1999, representou a rejeição da política econômica neoliberal e dos partidos políticos tradicionais do Pacto de Punto Fijo.

Palavras Chaves: Venezuela; Petróleo; Estado Rentista.

IMPERIALISMO E NEOLIBERALISMO NO GOVERNO BOLSONARO: BREVES APONTAMENTOS

Vanessa Campos Costa

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida

A ascensão da extrema-direita ao Estado brasileiro coincide, não espontaneamente, com a ascensão da extrema-direita em contexto internacional, tendo como marco inicial no Brasil o golpe institucional no ano de 2016, encabeçado por Michel Temer, e, posteriormente, culminando na eleição de Jair Bolsonaro. A partir da análise da *práxis* política da gestão Bolsonaro, podemos verificar a influência do capital estrangeiro no desmonte do Estado Social brasileiro. Observada estas circunstâncias, o presente trabalho propõe-se a investigar as formas mais relevantes de atuação do imperialismo no governo de Bolsonaro (2019-atual). No que concerne aos fundamentos teórico-metodológicos, filiamo-nos ao materialismo histórico e dialético, por acreditar que tal perspectiva permite uma compreensão da totalidade da sociedade, focando sua produção/reprodução a partir da ação de homens e mulheres no tempo e espaço. Para alcançar o objetivo da pesquisa, aplicamos três categorias fundamentais e inseparáveis do materialismo histórico: a totalidade, a contradição e a mediação. Consoante a elas, reivindicamos o uso do conceito de imperialismo formulado por Lênin (1917), com as atualizações necessárias — em virtude das mudanças ocorridas no imperialismo atual — elaboradas por Almeida (2009). No que se refere ao *corpus* da pesquisa, limitamo-nos a produções historiográficas e de outros campos científicos da área de Humanas. No atual estágio da pesquisa, verificamos que o Governo Bolsonaro tem impulsionado a implantação de políticas neoliberais — como o desmantelamento do Sistema Único de Saúde; as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias; a Reforma Administrativa, além de acordos políticos como a venda de ativos da Petrobrás — que beneficiam a acumulação capitalista em detrimento da diminuição de gastos sociais do Estado, maior exploração da força de trabalho e precariedade das condições da classe trabalhadora, que atualmente encontra maiores dificuldades no acesso ao básico para a reprodução da vida. Deste modo, o atual estágio neoliberal brasileiro, carregado de discurso nacionalista, diz respeito a uma construção ideológica que visa o controle social pela

burguesia, de forma a garantir a reprodução capitalista atual, ou seja, em sua forma imperialista de ser. Assim, é possível afirmar que o Governo Bolsonaro trata-se de uma extensão dos interesses imperialistas, através, principalmente, de medidas neoliberais, que permeiam tanto suas relações nacionais quanto internacionais, representando o recrudescimento burguês diante da crise capitalista atual. Por fim, destacamos que o presente trabalho trata-se de um esforço inicial, com limitações dado seu caráter embrionário, passível de correções, aprofundamentos ou até mesmo superação de elementos tratados com o avançar da pesquisa.

Palavras-chave: Imperialismo; Neoliberalismo; Governo Bolsonaro.